



**O SIMAVE E SEU IMPACTO NO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA REDE MUNICIPAL DE IBIRITÉ**

Belo Horizonte, 2.011

LAILA VITALINO SLEIMAN DE MATOS

O SIMAVE E SEU IMPACTO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA REDE MUNICIPAL DE IBIRITÉ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof.^a Micheli Virgínia de Andrade Feital

Belo Horizonte, 2.011.

LAILA VITALINO SLEIMAN DE MATOS

O SIMAVE E SEU IMPACTO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA REDE MUNICIPAL DE IBIRITÉ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof.^a Micheli Virgínia de Andrade Feital (Orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2.011.

Dedico este trabalho aos meus amados filhos, Rafael e Haiát e, ao meu marido Fábio, pela paciência e compreensão com minhas “ausências” durante a realização do curso.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus pela vida e saúde.

Agradeço aos meus pais, pelo amor e apoio incondicional.

As minhas professoras Micheli e Libéria, pela dedicação em suas orientações prestadas na elaboração deste trabalho, me incentivando e colaborando no desenvolvimento de minhas idéias e pelos conhecimentos adquiridos.

E, finalmente, aos colegas de curso pela convivência e trocas.

"A educação será tão mais plena quanto mais esteja sendo um ato de conhecimento, um ato político, um compromisso ético e uma experiência estética."

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de conclusão do curso de pós-graduação, *Latu Sensu* em Gestão Escolar, da Escola de Gestores promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pretende analisar o processo de implementação das avaliações externas do Sistema Mineiro de Avaliação, o SIMAVE; e qual o impacto das mesmas no Projeto Político Pedagógico das escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Ibirité.

Palavras-chave: Avaliações externas, SIMAVE, Projeto Político Pedagógico, Escolas Municipais de Ibirité.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Representação da escala de proficiência.....	16
FIGURA 2	Quadro representativo da “régua de escala e níveis de desempenho	17
FIGURA 3	Nível de descrição dos níveis da escala.....	17
FIGURA4	Modelo de Escala de proficiência	18
FIGURA5	Quadro comparativo de proficiência média.....	19
FIGURA 6	Quadro da evolução do percentual de alunos.....	19
FIGURA 7	Gráfico dos níveis de desempenho por aluno.....	20

LISTA DE ABREVIATURAS

CAEd - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

IDEB – índice de desenvolvimento da educação básica

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PDE –Plano de Desenvolvimento da Educação

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PROALFA - Programa de Avaliação da Alfabetização

PROEB - Programa de Avaliação da Educação Básica

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SIMAVE –Sistema Mineiro de Avaliação Escolar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
	1.1 Apresentação e Contextualização do Objeto de Pesquisa.....	12
	1.2 Justificativa.....	13
	1.3 Objetivos.....	14
2	DESENVOLVIMENTO.....	14
	2.1 Análise dos resultados.....	19
	2.2 Simave- o que mudou na escola pública municipal de Ibirité.....	21
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22
5	ANEXO	23
	Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Rola Moça	23



1– INTRODUÇÃO

Já se passaram alguns anos desde que as avaliações externas começaram a fazer parte do cotidiano das escolas; portanto, o que mudou desde então e qual o impacto no Projeto Político Pedagógico das escolas da rede municipal de Ibité resultante destas avaliações?

A pesquisa apresenta um caráter qualitativo, pois buscou-se informações na literatura científica, na pesquisa documental e no trabalho de campo. Dentro da literatura pesquisou-se a história recente do sistema de avaliação da educação no Brasil. Na pesquisa documental recorreu-se a alguns documentos que serviram de base para a construção do SIMAVE: CAEd (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação), documentos da Secretaria Municipal de Educação de Ibité. E, finalmente, para compor a pesquisa de campo fez-se entrevistas com diretores, especialistas e professores de 02 escolas; 01 escola que obteve bons resultados no índice de proficiência nas avaliações no último ano e 01 escola que apresentou baixo desempenho. É importante ressaltar que 01 escola atende alunos do 1º ao 5º Ano e a outra atende alunos de 1º ao 9º Ano.

1.1 – APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A rede municipal de educação de Ibité é composta atualmente de 25 escolas que atendem 13.716 alunos, sendo que 14 (catorze) escolas oferecem ensino do 1º ao 5º Ano e 11 (onze) escolas do 1º ao 9º ano. Por não ser sistema próprio de ensino e a cidade estar localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, a Rede Municipal de Educação de Ibité segue as normatizações da Superintendência Estadual de

Ensino. Desde o ano 2.000, como estratégia de gestão, o Governo do Estado adotou o modelo de avaliação externa do Ensino, criando um sistema próprio de avaliação – o SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação Escolar) o qual tinha por objetivo obter informações para compor um diagnóstico mais completo da rede pública de ensino, servindo de subsídio para o estabelecimento de metas e ações em busca da qualidade da educação.

“O SIMAVE, por meio das avaliações..., possibilita à SEE/MG realizar diagnósticos educacionais específicos que identificam necessidades, problemas e demandas do sistema, das escolas, dos professores e dos alunos, com o objetivo de estruturar políticas e ações diretamente vinculadas aos resultados de aprendizagem, à qualificação docente, à valorização da escola pública e ao fortalecimento da qualidade da educação de Minas Gerais.” (Documento do CAEd 2006).

A princípio, avaliavam-se os alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, nos conteúdos de Português, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. A partir do ano 2.003, o sistema foi aperfeiçoado, passando a priorizar os resultados do ensino de Português e Matemática dos alunos dos 5º e 9º Anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio – PROEB (Programa de Avaliação da Educação Básica) e as avaliações do PROALFA (Programa de Avaliação da Alfabetização) para os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental. Além dos cadernos de provas para os alunos, há, também, um questionário para os professores, alunos e direção escolar responderem. Esse conjunto de dados compõe um quadro de informações úteis para se entender as possíveis causas do desempenho escolar apresentado nos resultados das provas.

1.2–JUSTIFICATIVA

Avaliação é uma atividade pedagógica por natureza, pois visa comprovar se determinados objetivos, sejam estes relativos a valores, atitudes ou mesmo a conteúdos, foram atingidos. Também, servem de parâmetros para se traçar novos rumos, estratégias e ações em direção à superação das dificuldades apresentadas. Conforme Sacristán (1998)

“a avaliação serve para pensar e planejar a prática pedagógica. A avaliação pode se dar ao longo do processo de ensino aprendizagem, que é chamada de avaliação *formativa* ou, ao final, onde se pretende apreciar o resultado, *somativa*.”

Há, também, a avaliação da escola enquanto espaço da promoção do saber, chamada avaliação *institucional*. O Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino deve estabelecer metas a serem alcançadas pelo coletivo da escola e a avaliação institucional servirá de subsídio para uma melhor organização desse coletivo, com vistas a uma gestão mais democrática e participativa; de modo que a prática avaliativa deve fazer parte do processo de ensino aprendizagem em busca de uma educação de qualidade. Não há como saber se o que se ensinou foi aprendido sem a avaliação. Isso em nível micro – aluno, sala de aula, escola para o nível macro – município, estado e federação. Como anda a educação no país? Quais seus entraves? O que se ensina é o que os alunos precisam aprender conforme as demandas impostas pelo mundo globalizado? O sistema educacional brasileiro possui uma legislação comum e Parâmetros Curriculares Nacionais, mas ainda não havia verificado em escala nacional, o nível de conhecimento dos alunos nas redes de ensino. Surgem-se, então, as avaliações nacionais.

2.0– OBJETIVOS:

- Entender o processo de implementação das avaliações em larga escala;
- Verificar o impacto dos resultados no interior das escolas e o que alterou no Projeto Político Pedagógico das mesmas;
- Comparar os resultados “pós SIMAVE” na qualidade da educação das escolas da rede municipal de Ibirité.

3.0 – DESENVOLVIMENTO

O sistema de aplicação de avaliações externas, por parte do Governo nas escolas, teve início a partir de 1998, com o SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – a exemplo do que já vinha acontecendo em outros países com o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), a fim de se verificar o perfil e nível nacional da educação brasileira. Esse sistema começou a ser planejado em fins de 1980 e foi aplicado em todo o território brasileiro em 1990. Os resultados serviram de base para comparações futuras de possíveis melhorias ou apontar falhas na educação nacional; também, tornou possível verificar quais os conteúdos e em quais séries ou Anos de escolaridade apresentam-se as maiores dificuldades, traçar um mapa geoeducacional e entender os entraves, estabelecer metas e planejar ações para superar os problemas apontados. O SAEB é aplicado a cada dois anos e busca avaliar, por amostragem, alunos dos 5^a e 9^a Anos do Ensino Fundamental e 3^o ano do Ensino Médio de escolas públicas, bem como de escolas privadas, localizadas em área urbana ou rural.

Dentre os objetivos gerais da Prova Brasil e do SAEB, o Ministério da Educação pretende:

- Oferecer subsídios à formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas e programas de intervenção...;
- Identificar os problemas e as diferenças regionais do ensino;
- Produzir informações sobre os fatores do contexto socioeconômico, cultural e escolar que influenciam o desempenho dos alunos;
- Proporcionar...uma visão clara dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos;
- Desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições educacionais de ensino e pesquisa.

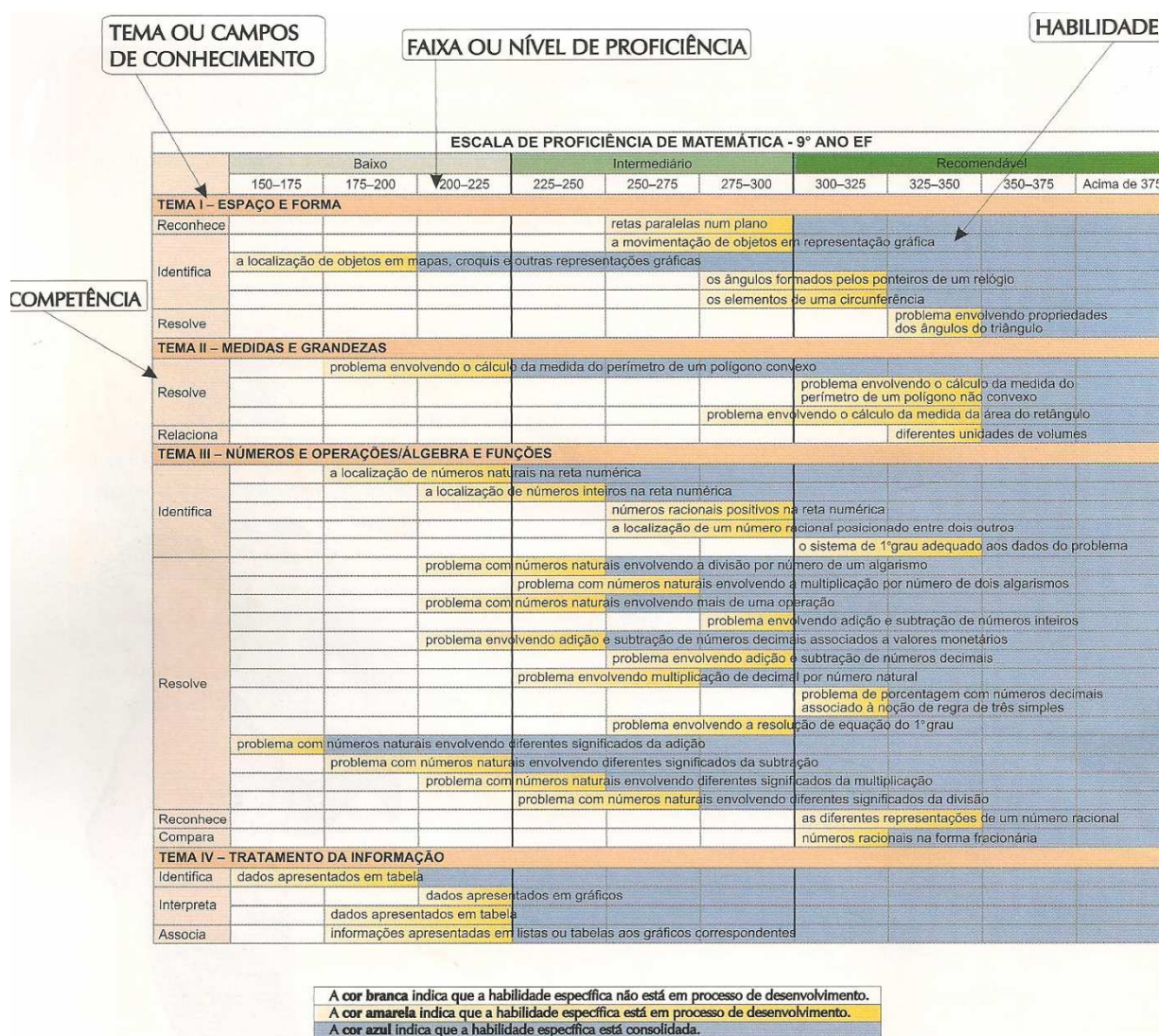
(Documento do CAEd 2006).

Nesse período, surge, também, o “Provão” nas Universidades, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e a Prova Brasil. A partir de então, se estabelece a cultura de avaliação no Brasil. Em 2004, o governo federal lança o PROUNIQUE que oferece bolsas em Universidades, a partir do bom desempenho nas provas ENEM.

Massae (2007) defende que cada esfera governamental seja ela, estadual ou municipal, seja criado seu próprio sistema de avaliação, pois para ele “... uma avaliação nacional é reduzida, limitada e, por isso mesmo, não pode ser considerada padrão nacional; o trabalho do professor e a formação docente não podem ser reduzidos a questões apresentadas numa avaliação”.

Alguns estados criam seus próprios sistemas de avaliação como em Minas Gerais, em 2003, que estabelece o SIMAVE, o qual é o objeto desta pesquisa. A partir dos números revelados nas primeiras avaliações e para aquelas escolas que apresentaram baixo rendimento, o MEC – Ministério da Educação e Cultura lança em 2007 o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação – o qual constitui em um amplo diagnóstico da escola e seu funcionamento, detalhando e identificando seus pontos críticos e dificuldades, traçando a partir destes dados, metas e ações para o melhoramento do ensino e aprendizagem. O Governo injeta recursos financeiros nas escolas que apresentaram baixo IDEB – índice de desenvolvimento da educação básica – medido a partir das avaliações, taxas de reprovação, distorção idade/série, dentre outros e em contrapartida espera-se resultados positivos na aprendizagem dos alunos das escolas contempladas com o programa. Para Freitas (2007) “o IDEB é mais um instrumento regulatório do que definidor de critérios para uma melhor aplicação dos recursos da União visando alterar indicadores educacionais”. A partir da divulgação dos resultados de cada escola, município e estado acabaram por provocar um ranqueamento nas redes de ensino que, ao caírem na mídia, influenciam negativamente a opinião pública, por desconhecermos fatos e todos os percalços pelos quais passam as instituições de ensino. Muitas vezes acabam por responsabilizar, mais uma vez, a instituição e o professor pela má qualidade da educação no país. Não são levados, porém, em consideração os outros fatores como descaso e a falta de apoio familiar, dificuldades e distúrbios de aprendizagem, nem são incluídos como corresponsáveis as outras instâncias e serviços públicos essenciais para dar suporte aos alunos que apresentam baixo rendimento como os serviços de saúde e assistência social.

A avaliação deve ser uma aliada da educação e do professor, pois conforme Mendez(2002)“avalia-se para conhecer e para melhorar a prática pedagógica em sua complexidade, bem como para colaborar com a aprendizagem do estudante”. Assim, é fundamental que a escola analise os resultados das avaliações externas nas reuniões pedagógicas ou dos conselhos escolares, para reflexão e replanejamento da prática pedagógica. Percebe-se que isso não tem acontecido. Grande parte das escolas mal consegue entender os números da escala de proficiência, como se chegou aquele coeficiente, além de não haver detalhamento para os profissionais da instituição das questões que apresentaram maior índice de erros ou acertos. Há,



ainda, a questão do tempo pedagógico para análise dos resultados e planejamento de ações. A figura 01 apresenta um exemplo de uma escala de proficiência.

Fig.1 – Boletim Pedagógico – Proeb 2006 – Matemática- 9º Ano EF
 Fonte:

Entender esta escala é muito importante, pois é a partir dela que o professor poderá identificar quais os aspectos do processo ensino aprendizagem deverão ser incorporados aos planos de ensino e quais conteúdos deverão ser trabalhados, reforçados e consolidados. Trata-se de um indicador construído com critérios próprios em que apresenta a proficiência ou desempenho segundo as capacidades e habilidades dos estudantes, descrevendo-os com base em uma “régua” que vai de uma escala de 0 a 500, como o percentual de alunos abaixo de 125 ou acima de 350 é pequeno a análise da tabela concentra-se entre os níveis 125 e 350. O desempenho dos estudantes é apresentado em ordem crescente e cumulativo, ou seja, os alunos nos níveis entre 175 e 200 dominam também as habilidades indicadas nos níveis anteriores e quem já está no último nível é porque já domina todos os outros níveis. A figura 02 apresenta uma régua com os níveis de baixo desempenho ao nível recomendável.



Fig.02 – Quadro de agrupamentos dos níveis em três categorias
 Fonte: Boletim pedagógico de Matemática – Simave – Proeb – 2006

Os alunos que se encontram na faixa considerada baixa são alunos que necessitam de uma intervenção pedagógica especial, pois ainda não possuem as habilidades básicas esperadas ao período de escolaridade avaliado.

Aos alunos que se encontram no nível intermediário estão no início do processo de construção das habilidades/competências importantes, porém ainda não desenvolveram outras que são essenciais, apresentam defasagem em relação às habilidades reveladas por outros alunos do mesmo período de escolaridade.

Alunos que estão no nível recomendável dominam o conjunto de conhecimentos, habilidades e competências esperado para o nível de escolaridade em que se encontram. Estão no patamar de aprendizagem desejado. Tais descritores servem para descrever as habilidades, o que os estudantes são capazes de fazer.

São avaliados o conteúdo programático e o nível de operação mental necessário para a aprendizagem. A figura 03 traz uma tabela com a descrição de cada nível da escala.

Prova Brasil: escala de Matemática

125	<ul style="list-style-type: none"> • Neste nível, os alunos da 4ª e da 8ª séries resolvem problemas de cálculo de área com base na contagem das unidades de uma malha quadriculada e, apoiados em representações gráficas, reconhecem a quarta parte de um todo.
150	<p>Os alunos da 4ª e da 8ª séries são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • resolver problemas envolvendo adição ou subtração, estabelecendo relação entre diferentes unidades monetárias (representando um mesmo valor ou numa situação de troca, incluindo a representação dos valores por numerais decimais); • calcular adição com números naturais de três algarismos, com reserva; • reconhecer o valor posicional dos algarismos em números naturais; • localizar números naturais (informados) na reta numérica; • ler informações em tabela de coluna única; e • identificar quadriláteros.
175	<p>Os alunos das duas séries, neste nível:</p> <ul style="list-style-type: none"> • identificam a localização (lateralidade) ou a movimentação de objeto, tomando como referência a própria posição; • identificam figuras planas pelos lados e pelo ângulo reto; • lêem horas e minutos em relógio digital e calculam operações envolvendo intervalos de tempo; • calculam o resultado de uma subtração com números de até três algarismos, com reserva; • reconhecem a representação decimal de medida de comprimento (cm) e identificam sua localização na reta numérica; • reconhecem a escrita por extenso de números naturais e a sua composição e decomposição em dezenas e unidades, considerando o seu valor posicional na base decimal; • efetuam multiplicação com reserva, tendo por multiplicador um número com um algarismo; • leem informações em tabelas de dupla entrada; • resolvem problemas: o relacionando diferentes unidades de uma mesma medida para cálculo de intervalos (dias e semanas, horas e minutos) e de comprimento (m e cm); e o envolvendo soma de números naturais ou racionais na forma decimal, constituídos pelo mesmo número de casas decimais e por até três algarismos.
200	<p>Além das habilidades descritas anteriormente, os alunos das duas séries:</p> <ul style="list-style-type: none"> • identificam localização ou movimentação de objetos em representações gráficas, com base em referencial diferente da própria posição; • estimam medida de comprimento usando unidades convencionais e não convencionais; • interpretam dados num gráfico de colunas por meio da leitura de valores no eixo vertical; • estabelecem relações entre medidas de tempo (horas, dias, semanas), e, efetuam cálculos utilizando as operações a partir delas; • leem horas em relógios de ponteiros, em situação simples; • calculam resultado de subtrações mais complexas com números naturais de quatro algarismos e com reserva; efetuam multiplicações com números de dois algarismos e divisões exatas por números de um algarismo. <p>Os alunos da 8ª série ainda são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • localizar pontos usando coordenadas em um referencial quadriculado; • identificar dados em uma lista de alternativas, utilizando-os na resolução de problemas, relacionando informações apresentadas em gráfico e tabela; e • resolvem problemas simples envolvendo as operações, usando dados apresentados em gráficos ou tabelas, inclusive com duas entradas.

Fig.03 – Nível Descrição dos Níveis da Escala

Fonte: Boletim pedagógico de Matemática – Simave – Proeb - 2006

3.1 - Análise dos resultados

Os resultados são apresentados de quatro formas diferentes. Há o quadro das médias de proficiência que permite a comparação da média e a avaliação de cada

escola, a média do município, do Estado e do País. A figura 04 apresenta um quadro comparativo de proficiência média.

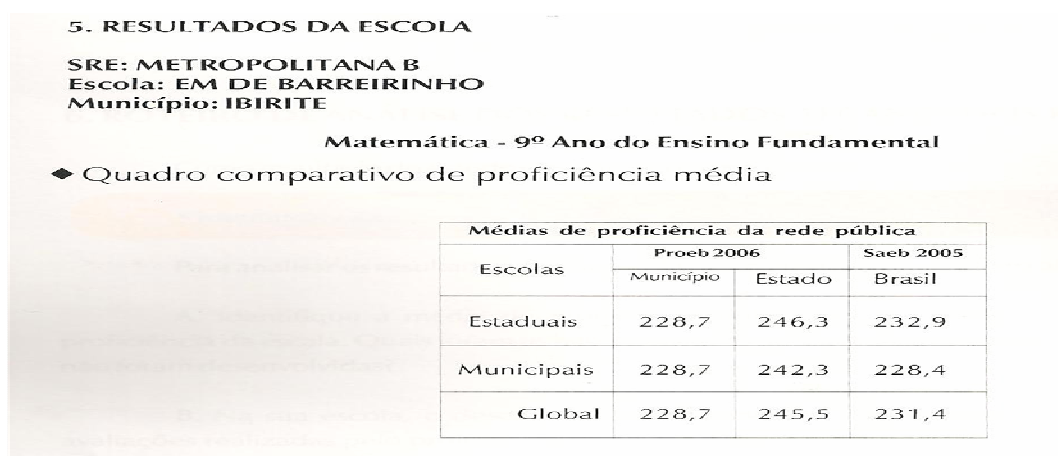


Fig.04 – Quadro comparativo de proficiência média
 Fonte:Boletim pedagógico de Matemática – Simave – Proeb - 2006

Tem o quadrede Evolução que permite a análise da evolução das médias da escola e da rede estadual ao longo das últimas avaliações do Simave/Peoeb. A figura 05 apresenta um modelo de distribuição dos alunos ao longo das faixas de proficiência permitindo a comparação da sua escola com as escolas da rede municipal e estadual de ensino

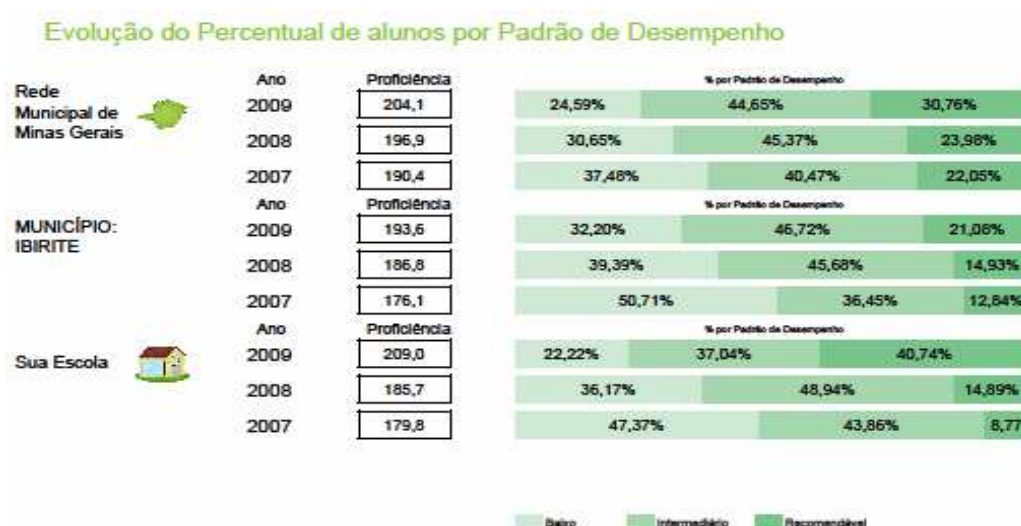


Fig.05–Evolução do desempenho por aluno
 Fonte:Boletim pedagógico de Matemática – Simave – Proeb - 2006

Há também o gráfico que possibilita identificar a quantidade de alunos que estão nos níveis de Desempenho Baixo, Intermediário e Recomendado conforme a figura 06. Essa informação é muito importante para que a escola possa estudar os Perfis de Desempenho.

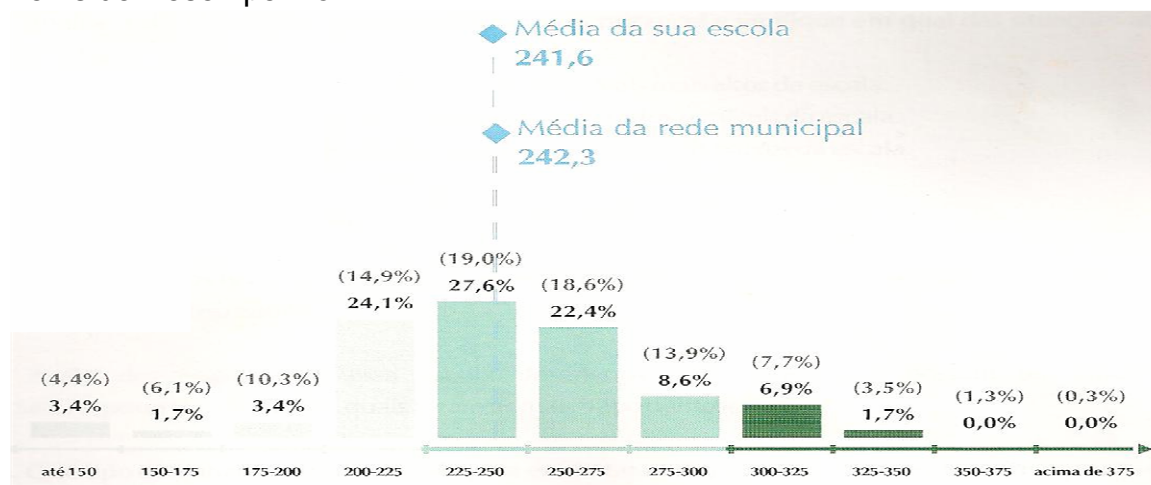


Fig. 06 – Gráfico de percentual de alunos e média posicionada na escala de proficiência
 Fonte: Boletim pedagógico de Matemática – Simave – Proeb - 2006

3.2 – SIMAVE – O QUE MUDOU NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE IBIRITÉ?

Para Hoffmann (2.000) a avaliação só tem sentido se objetivar a busca de novos caminhos para uma melhor aprendizagem. As avaliações externas corroboraram para a escola questionar-se quanto à pertinência; se o que ela insistia em ensinar é o que realmente deve ser ensinado; se esse conhecimento será aproveitado pelos estudantes em suas vidas práticas e, mais ainda, se o que ela ensina, é o que lhe é cobrado nas avaliações do Governo.

Conforme pesquisa realizada com professores, diretores e especialistas em educação de 02(duas) escolas da rede municipal de educação de Ibirité, dizem terem sido informadas sobre as provas do SIMAVE, através da Secretaria Municipal de Educação e receberam um pequeno treinamento da Secretaria e que, a princípio, tinham muitas dúvidas em aplicar as orientações quanto a enumerar carteiras, entrega das provas aos alunos, seguir a sequência, preencher relatórios, entre outros procedimentos.

“No primeiro ano houve certa preocupação, pois não tínhamos ideia do que seria cobrado nas avaliações”. (professora da escola A).

“Hoje já encaramos como “natural”, pois se trata de um trabalho de Rotina.”
(especialista da escola B).

Com a entrevista nas escolas pesquisadas percebeu-se uma mudança de atitude por parte de todos os atores escolares, conforme as expressões abaixo:

“Após a divulgação dos resultados, os mesmos são analisados pelas especialistas em educação da escola as quais repassam as orientações para os professores. Ao longo do ano letivo, vão sendo trabalhados os conteúdos que são cobrados nas provas; além disso, recebem-se as matrizes de referência de Português e Matemática como direcionamento do trabalho, focando a superação dos resultados anteriores”. (especialista da escola A)

“Mudança: fizemos uma adequação dos conteúdos às capacidade/habilidades avaliadas pelo SIMAVE. Sentimos a necessidade de uma maior reflexão no processo avaliativo interno para que apresentem maior clareza de objetivos e estudo de resultados para reorientar a prática” (diretorada escola B)

Durante a pesquisa, notou-se que ambas as escolas tiveram seu PPP revisado, em função, também, dos resultados das avaliações:

“... o PPP foi atualizado visando trabalhos com atividades do SIMAVE, preparação dos alunos para a realização das provas, adotando e mantendo o UNITESTE – forma avaliativa que consiste em cada professor montar algumas questões de acordo com o número de aulas dadas sobre os conteúdos estudados ao longo da etapa. Logo após, são reunidas em uma espécie de “caderno” e ele é distribuído ao estudante para que ele possa fazê-lo – para alunos do 6º ao 9º Ano, preparado com questões objetivas e gabaritos de respostas. Ao longo do ano são desenvolvidas atividades específicas cobradas nas avaliações do SIMAVE, vinculadas ao plano de curso do professor.”(diretora da escola A).

“Institucionalizamos o UNITESTE, elaborado com o objetivo de familiarizar os alunos às avaliações externas, avaliando as habilidades/capacidades em cada Bimestre”. (diretora da escola B)

Todos avaliam o SIMAVE como instrumento importante e, hoje, com boa aceitação por parte dos alunos e professores:

“Desta forma podemos refletir, planejar e avançar no sentido de atingir o resultado recomendável pelo sistema de avaliações externas” (professora da escola A).

“As avaliações, quando feitas com seriedade e responsabilidade, apresentam um “raio X” da escola, mostrando onde precisamos enfatizar os trabalhos ao longo do ano letivo.” (professora da escola B)

4.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As avaliações sistêmicas, conforme explicadas no artigo, passaram a fazer parte do cotidiano das escolas públicas. Através desses resultados, é possível traçar metas, redirecionar ações e buscar estratégias para uma educação de qualidade. De certa forma, os resultados dessas avaliações contribuem para o cumprimento do dever ético de uma educação enquanto direito humano básico e a escola como órgão público que deve à sociedade a transparência e qualidade na prestação de serviço.

A pesquisa mostrou que os professores passaram a utilizar em seus planos de aulas diárias, atividades a partir da matriz de referência do Simave e seus descritores, que expressam as habilidades e competências que serão avaliadas, tornando-as parte do cotidiano escolar e não algo esporádico ou casual.

Apesar de todos esses esforços, não se conseguiu, ainda, cumprir as metas estabelecidas pelos acordos internacionais e a própria Declaração dos Direitos Humanos que defende a educação como direito humano universal. Ainda percebem-se um grande contingente de pessoas analfabetas ou com baixa escolaridade, “engrossando” as fileiras do analfabetismo funcional definido desde 1958 pela UNESCO como:

“...a pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional”.

Embora o acesso à educação tenha sido facilitado nos últimos anos, a escola brasileira ainda deixa a desejar na questão da qualidade do ensino que oferece. As avaliações externas tem mostrado isso a cada ano. Nota-se que houve uma melhoria, mas, o ensino público ainda está defasado no que concerne a um ensino de

qualidade. A escola pública municipal de Ibirité ainda está carente de professores alfabetizadores. A maioria dos professores que se efetivaram no último concurso, chegaram às escolas, apesar de sua formação acadêmica, carentes da formação técnica e do conhecimento dos métodos para alfabetizar. Falta-lhe nos cursos de formação, estudos de práticas aplicadas aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. A baixa remuneração e a pouca valorização do professor dificultam a realização de cursos de aperfeiçoamento contínuos da prática pedagógica.

Além do mais aprendizagem é um processo e não se expressa apenas com o resultado numérico. Não podemos dizer com certeza se o bom resultado obtido por um aluno na avaliação sistêmica representa o conhecimento consolidado. Temos que considerar que toda criança apresenta um ritmo próprio de aprendizagem, alguns mais lentos outros mais rápidos. As avaliações são aplicadas nas turmas finais de cada ciclo.

Vale ressaltar ainda que as escolas estão revisando seu projeto político pedagógico reconhecendo-o como instrumento fundamental norteador do fazer escolar. Este documento deve ser construído por representantes de todos os atores escolares, comprometidos com uma escola pública de qualidade. Isto sem dúvida já é um grande avanço resultante das avaliações sistêmicas do estado e da divulgação dos resultados por escola.

Podemos concluir portanto que o impacto dos resultados das avaliações sistêmicas tem sido favorável, levando as escolas a revisarem sua proposta pedagógica, os professores a utilizarem a matriz de desempenho no dia-a-dia, os especialistas em educação atuarem no seu papel fundamental de supervisionarem o processo de ensino e aprendizagem a partir da análise dos resultados e promovendo a gestão democrática da escola enquanto parceiros na promoção da educação de qualidade.

5.0 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOLFMAN - *Pontos e contra pontos do pensar ao agir em avaliação*, Porto Alegre, mediação, 2000.

MÉNDEZ, Juan Manuel A. *Avaliar para conhecer; examinar para excluir*, Artmed, Porto Alegre, 2002.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GOMEZ, A. I Pérez. *Avaliação no ensino: compreender e transformar o ensino*, 4ª edição, Artmed, Porto Alegre, 1998.

6.0 ANEXOS

Anexo A – Modelo de questionário para pesquisa de campo

1.0 -Questionário passado para as escolas A e B Onde responderam 2 professores, (02) diretor(a) e (02)supervisor(a):

1 – Como você foi informado a respeito das avaliações externas do Estado – o SIMAVE?

2 – Houve algum preparo algum treinamento para os professores, coordenadores?

3 – Qual foi sua reação diante das provas? O que você pensou diante da situação?

4 – O corpo docente da escola junto com a equipe técnico-pedagógica analisam os resultados e planejam ações a partir desses dados?

5 - Oito anos se passaram, o que mudou na reação dos professores,na escola, no currículo do 1º SIMAVE até hoje?

6 – Houve alguma adaptação ou atualização do PPP em virtude das avaliações do SIMAVE ou do PROALFA?

7 – Como você avalia hoje o SIMAVE?

Anexo B - Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Rola Moça



**CRISTINA ALBUQUERQUE MOREIRA,
EMÍLIO DE FREITAS CAMPOS,
LAILA VITALINO SLEIMAN DE MATOS,
M^a CECÍLIA FIGUEIREDO FONSECA,
REGIANE MARIA DE CARVALHO GIRARDI**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado ao Curso de Especialização (Latu Sensu) em Gestão Escolar da Faculdade de Educação, Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Micheli Virgínia de Andrade Feital

BELO HORIZONTE

2010

SUMÁRIO

Identificação
Elaboração

1.	Apresentação.....	04
2.	Histórico.....	04
3.	Justificativa.....	05
4.	Objetivos Gerais.....	05
5.	Diagnóstico.....	06
	5.1 Caracterização da Escola.....	06
6	Estrutura Organizacional.....	06
	6.1 Formação da Diretoria.....	06
	6.2 Organograma da Escola.....	07
	6.3 Atendimento Escolar.....	07
	6.3.1 Educação Básica.....	07
	6.3.2 Educação Infantil.....	08
7	Currículos e Programas.....	13
	7.1 – Planejamento.....	14
	7.1.1 Objetivos.....	14
	7.1.2 Atividades de Planejamento.....	14
	7.1.3 Concepções Pedagógicas.....	15
	7.1.4 Metas de trabalho pedagógico.....	15
8	Organização Escolar.....	15
	8.1 Projetos.....	16
	8.2 Aulas especializadas.....	16
	8.3 Aperfeiçoamento.....	17
9	Processos de decisão.....	17
	9.1 Gestão democrática.....	17
	9.2 Colegiado.....	17
	9.2.1 Função.....	17
	9.3 Conselho escolar.....	18
	9.3.1 Função.....	18
	9.4 Gestão administrativa.....	18
	9.5 Gestão financeira.....	19
	9.5.1 Ações estratégicas.....	20
	9.5.2 Recursos necessários.....	20
10	Relações de trabalho.....	21
	10.1 Relacionamentos.....	21
	10.2 Papel de cada ator social.....	21
	10.3 Das disposições finais.....	21
11	Avaliação.....	22
	11.1 Concepção de avaliação.....	22
	11.2 Da avaliação do processo ensino aprendizagem.....	23
	11.3 Avaliação do Projeto Político Pedagógico.....	24
12	Anexos.....	25
13	Referência Bibliográfica.....	25

Identificação

Escola: Escola Municipal de Rola Moça

Código da Escola: 31009083

Endereço: Rua Jusceliana Narciso Campos 1750 Bosque Ibirité.

Município: Ibirité Estado: Minas Gerais CEP: 32400.000

Diretora atual: Cristina de Albuquerque Moreira

E mail: crisalbuquerque75@hotmail.com.

Validade: 2010/2011

Elaboração:

Grupo 03 da turma 03 da Escola de Gestores da UFMG

Colaboração: Colegiado, Conselho Escolar, Professores e Funcionários.

Digitadora: Isabella de Souza Lacerda

1 – Apresentação:

Este é o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Rola Moça. Escola pública municipal de Ensino Fundamental, de Educação Infantil ao 5º ano, criada pela lei Nº. 11.331 de 16/09/68 e municipalizada pela resolução 9350/98 em 14/03/98, localizada à rua Jusceliana Narciso Campos, Nº. 1.750, bairro Bosque de Ibirité, cidade de Ibirité, Minas Gerais.

Todas as propostas e sugestões arroladas neste plano foram extraídas de uma realidade-problema, vivenciadas no interior de nossa escola.

2 – Histórico:

A Escola Municipal de Rola Moça, criada pelo Decreto Lei nº 11331 de 16/09/68 e municipalizada através da Resolução nº 9350/98 M.G. 14/03/96 p.4 c.1, situa-se à Rua Jusceliana Narciso Campos, nº 1750, rua esta mais conhecida como estrada do Rola Moça. Deu origem o nome da escola o próprio nome do bairro que por sua vez recebeu devido à “história” que diz que uma moça rolou da serra no dia do seu casamento.

Desde sua criação até 1997 pertencia à Rede Estadual de Ensino. No princípio de seu funcionamento muitas eram as dificuldades, uma vez que contava apenas com uma sala de aula, uma professora e uma cantineira.

Com o passar dos anos a escola progrediu significativamente. Isso foi possível através da dedicação da comunidade, como também das autoridades competentes que, com certeza, muito

se esforçaram para proporcionar às crianças um lugar onde pudessem estudar com mais dignidade.

Neste presente ano, durante o 2º semestre, a escola estará mudando para um novo prédio com toda infra-estrutura necessária, inclusive com laboratório de informática, laboratório de Ciências, biblioteca, quadra e etc., acolhendo os alunos do 6º ao 9º ano, realizando um sonho antigo desta comunidade.

3 – Justificativa:

Este projeto nasceu do anseio de uma comunidade escolar voltada para a formação consciente e crítica do nosso educando, visando alterar o quadro de repetência, evasão e desconforto didático pedagógico, através da capacitação e valorização dos profissionais em educação, em ação integrada com os órgãos competentes.

Pensar um projeto de Educação implica pensar o tipo e qualidade de escola que se pretende construir. O Projeto Político Pedagógico é a própria organização do trabalho pedagógico escolar como um todo em suas especificidades, níveis e modalidades, visando corresponder às necessidades e aos anseios de todos os que participam do cotidiano escolar.

Considera-se que o Projeto Político Pedagógico é fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidos pela coletividade que, através da reflexão, estabelece as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É, antes de tudo, um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, pedagógica, alunos, pais e comunidade como um todo.

A escola é responsável pela promoção do desenvolvimento do cidadão, no sentido pleno da palavra. Então cabe a ela definir-se pelo tipo de cidadão que deseja formar.

“Na dimensão pedagógica reside a possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e ativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.” (Veiga, 1995)

Acreditamos ser o Projeto Político Pedagógico, instrumento essencial para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem, reunindo todos os esforços para caminharmos rumo aos objetivos propostos neste plano.

4 – Objetivos Gerais:

- Explicitar os ideais da comunidade em relação à escola, reunindo a política nacional de educação e as diretrizes da política estadual e municipal;

- Delinear uma visão e transformá-la em realidade através de um conjunto de ações;
- Permitir uma abordagem abrangente e integrada de todos os aspectos da atividade escolar, traduzindo a melhoria do processo aprendizagem;
- Organizar o atendimento escolar na gestão administrativa, financeira e didático-pedagógica;
- Gerar uma relação de parceria entre governantes e comunidade escolar, na qual existe um compromisso comum de melhoria e progresso;
- Superar o caráter fragmentado dos fazeres da escola;
- Garantir a participação de todos na gestão democrática;
- Intensificar a participação e a formação integral do educando, preparando-o efetivamente para o cumprimento de seu papel sócio-cultural.

Portanto a proposta é uma Escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando visando também prepará-lo para o exercício da cidadania através da prática e cumprimento de direitos e deveres.

5 – Diagnóstico:

5.1 – Caracterização da Escola:

A nossa escola está inserida em uma região rural, essencialmente agrícola. Atendemos à uma demanda bastante carente, motivo pelo qual os alunos em sua maioria ajudam seus pais na amarração de cebolinha, cultivo e venda de hortaliças em geral. Classe econômica baixa. Em sua maioria são trabalhadores das hortas locais e operários da construção civil. Apresentam um baixo nível de escolaridade.

A educação rural como modo de vida social contribui para a auto afirmação da identidade dos povos do campo, no sentido da valorização do seu trabalho, da sua história, do seu jeito de ser e dos seus conhecimentos. A Escola Municipal de Rola Moça desenvolverá e executará, dentre outros, os projetos que contemplem o meio ambiente.

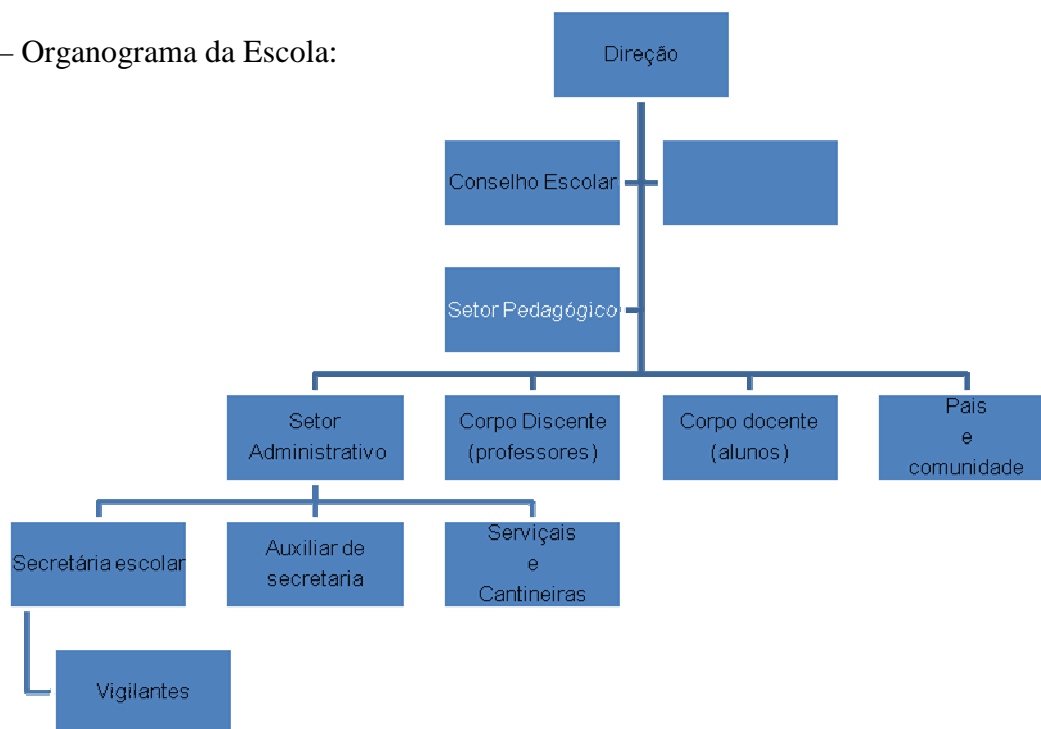
Hoje a escola possui uma estrutura física inadequada (segue detalhes em anexo) mas outro prédio já está sendo construído próximo ao atual com previsão de término para junho de 2010, com toda a estrutura necessária para acolher os atuais alunos e para receber também, em 2011, os alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

6 – Estrutura Organizacional:

6.1 – Formação da Diretoria:

A diretoria é constituída apenas pela diretora, uma vez que a escola não tem direito a vice devido ao número de alunos.A mesma conta com o apoio do colegiado eleito em assembléia, realizada no dia 06 de março de 2010.A eleição do colegiado e do conselho escolar e fiscal ocorre anualmente e a eleição para diretor, a cada 02 (dois) anos.

6.2 – Organograma da Escola:



6.3 – Atendimento Escolar -Princípios Orientadores

6.3.1 – Da Educação Básica

A Escola prevê a oferta à comunidade do Ensino Fundamental, conforme legislação vigente.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº 9394/96, em seu artigo 26, “os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

Portanto, expressa-se, no Projeto Político-Pedagógico da Escola, os princípios básicos para construção de uma proposta pedagógica que vise a articulação entre os saberes locais dos sujeitos e a estruturação de Projetos Interdisciplinares que possibilitem o acesso ao conhecimento sistematizado, em cada uma das áreas, com vistas à aprendizagem significativa.

Pretende-se uma ressignificação curricular constante, no contexto da Educação Básica, compreendendo que [...] “o currículo é *um conjunto de aprendizagens valorizadas socialmente* e como uma construção permanente e inacabada, resultante da participação de todos, um espaço integrado e dialético, sensível à diferenciação e que, conseqüentemente não ignore a existência de uma realidade que se constrói na diversidade.” (MORGADO, 2004, p. 117)

A proposta pedagógica da Educação Básica, expressa no Projeto Político-Pedagógico da Escola, prevê uma articulação no desenvolvimento do currículo, sobrepondo-se práticas políticas, administrativas, econômicas e pedagógicas levando em consideração “que o aluno já traz uma bagagem cultural, [...] não aprende só no tempo de aula, nem só através do professor; há um movimento autógeno de busca de atribuição de sentido para o mundo em que vive”. (VASCONCELOS, 2002, p. 141). Nessa perspectiva, o currículo é conteúdo cultural e cabe aos/as educadores/as estabelecer um projeto para que esta cultura escolarizada concretize-se de forma crítica e participativa junto aos sujeitos do processo, ficando evidente a necessidade de um trabalho docente coletivo, na busca da aprendizagem significativa de todos.

Além disso, entende-se que a participação dos pais, na formação de seus filhos, em parceria com a escola, seja de fundamental importância para a constituição de um comprometimento com o processo de aprendizagem.

Contato com a direção: está sempre disponível e presente, atende quando solicitada, em reuniões, encontros informais.

Contato com as professoras: de acordo com a necessidade, sem aviso prévio ou quinzenalmente através de encontros pedagógicos ou ainda em circulares.

Contato com os pais de alunos: após contato da professora com os pais, quando solicitado pela professora, pelos pais, ou pelo próprio aluno.

Em nossa escola buscamos intervir de forma direta na autoestima dos alunos, através de conversas informais, ou com registro em ata, com o intuito de avançar o comportamento e a aprendizagem dos mesmos.

Serão dadas três oportunidades para que o aluno repense suas atitudes e condutas. Se não houver sucesso, o responsável por ele será convidado a comparecer na escola, com devido registro em ata.

6.3.1 - Educação Infantil

A proposta pedagógica apresentada se fundamenta no princípio de que a criança é um ser em processo de desenvolvimento - um ser ativo, motivado pela necessidade de ampliar seus conhecimentos e de alcançar progressivos graus de autonomia, frente às estimulações do seu ambiente.

O processo de desenvolvimento deve ser considerado como resultado de interações da criança com seu meio físico e social, nesta interação, a criança modifica e os resultados são tanto mais relevantes para o desenvolvimento infantil e para a construção do conhecimento, quanto mais prazerosa, lúdica e afetuosa for esta interação.

Ao elaborar esta proposta, na qual o cuidar e o educar permeiem todas as ações desenvolvidas para que as crianças se sintam seguras, protegidas, saudáveis, acolhidas em suas diferenças, desenvolvendo sua identidade e autonomia; afinal, que tenha todas as suas necessidades atendidas.

Além disso, considera-se que a Educação Infantil tem como objetivo primordial criar oportunidades para a criança de ampliar o seu universo de conhecimentos, através de atividades lúdicas, vivências e experiências, abrindo canais de expressão, de criação e transformação com a utilização de instrumentos que favoreçam o processo de alfabetização.

Objetivos Gerais:

Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;

Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos do cuidado com a própria saúde e bem-estar;

Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;

Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;

Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;

Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;

Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita), ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas

idéias, sentimentos, necessidades e desejos, avançando no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;

Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.

Os objetivos apresentados foram delineados no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e refletem a necessidade de buscarmos estruturar nosso trabalho, considerando as características específicas das crianças e do momento em que vivem. (R.C.N. – Educação Infantil, 1998.)

Objetivos específicos:

Saber dialogar;

Saber comunicar-se;

Usar o raciocínio lógico no dia a dia;

Adquirir autonomia moral e cognitiva;

Conviver e trabalhar em grupo.

Concepção de criança, de desenvolvimento infantil e de aprendizagem, sua relação com a sociedade e o ambiente.

A concepção de criança que se tem hoje é a de um ser único, cuja individualidade deve ser respeitada bem como a de um sujeito social inserido em uma organização familiar própria, com seus valores e cultura, dentro de uma determinada sociedade e momento histórico.

Cada uma é singular, caracterizadas como seres que sentem e pensam o mundo do seu próprio jeito. A construção do conhecimento se dá, portanto, através das interações que se estabelecem umas com as outras, com as pessoas à sua volta, com objetos e com o próprio meio que fazem parte.

A criança é o centro do processo educativo, independente do seu nível sócio-econômico, da sua cor, raça ou religião. É importante compreender o seu desenvolvimento sem rotular suas características e conquistas marcantes nas diversas etapas do crescimento.

Ao considerar a criança como um ser que traz do seu ambiente sócio-cultural, conhecimentos, hábitos, habilidades e vivências que devemos utilizar esse conhecimento no desenvolvimento do trabalho educativo.

Ter um bom relacionamento com as famílias e manter sempre aberto um canal de comunicação respeitoso, é imprescindível na formação da criança e do bom andamento do trabalho escolar.

Organização do espaço e do ambiente

O espaço escolar deve estar organizado de modo a estimular a troca de experiências, as discussões e interações entre crianças e, ao mesmo tempo, facilitar a observação e intermediação do professor.

O ambiente deve ser agradável, atrativo e aconchegante. A limpeza e higiene é um aspecto que deverá permear todo ambiente, tornando-o saudável e promover a qualidade de vida.

O ambiente proposto é um ambiente positivo que encoraje os alunos a explorar possibilidades, propor soluções, levantar hipóteses, justificar seu raciocínio e validar suas próprias conclusões.

A autonomia é estimulada e os erros são elementos do processo de aprendizagem, devendo ser revistos, explorados e utilizados de modo a gerar novos conhecimentos, novas questões, novas investigações.

Cuidar e educar

Dentro desta Instituição e no período em que aqui estiver, toda criança tem garantido os cuidados necessários ao seu bem estar físico, afetivo e emocional. Desse modo, todos os profissionais envolvidos devem estar atentos à criança, ao que ela sente, pensa, percebe de si própria, os ritmos do seu corpo e, assim, ampliar o auto-conhecimento e suas habilidades, conduzindo-as, assim, à uma maior autonomia e independência.

A criança de 5 anos

Nesse período, a criança tem necessidade de movimentar-se e explorar o meio que a cerca; descobrindo coisas novas, através da observação, experimentação e manipulação de objetos.

Promover atividades, além do cuidado, higiene e repouso, estimulando progressivamente, a independência e novas experiências com o devido apoio afetivo-emocional.

As crianças de 05(cinco) anos já apresentam maior controle sobre o corpo sendo capaz de canalizar os impulsos físicos para o trabalho intelectual, que exige maior concentração.

Há significativo desenvolvimento do jogo simbólico, a imitação, a linguagem, a curiosidade torna-se aguçada e o desenho representa sua visão mais completa da realidade. Na sua interação com o grupo, a criança vai pouco a pouco incorporando e reconstruindo os valores sociais e morais.

O fazer pedagógico

A criança, elemento central do processo educativo, se estimulada, será curiosa, comunicativa, capaz de trabalhar em grupo, de cooperar, de fazer descobertas, de agir. Na medida em que ela fala da sua realidade e identifica objetos que estão ao seu redor, amplia seus conhecimentos.

Assim, as atividades serão programadas com objetivo de estimular as potencialidades das crianças, possibilitando momentos de interação, de exploração e experimentação, reconhecendo, assim, a criança como sujeito ativo no processo de desenvolvimento e aprendizagem.

A prática pedagógica deve se pautar nas seguintes diretrizes:

Dimensão lúdica: ambiente alegre e prazeroso onde as crianças possam brincar, jogar, cantar, dialogar e desfrutar de uma convivência saudável;

Aproveitar do conhecimento e manifestações da cultura local, dos familiares, dos educadores e das próprias crianças, trabalhando-os no dia a dia, relacionando-os ao conhecimento historicamente elaborado e aproveitá-los na produção de novos conhecimentos;

Dimensão dos valores: promover a cooperação e a solidariedade, dentre outros valores, compartilhando experiências dentro de um ambiente favorável;

Ambiente alfabetizador: estimulação variada, favorecendo a linguagem oral e escrita, através da redescoberta e construção;

Valorização do eu: despertar a autonomia e a iniciativa das crianças. Promover o desenvolvimento da personalidade e do caráter, socialização – cuidados pessoais.

Grade Curricular da Educação Infantil:

Matéria (atividades)	Referencial Curricular	Aulas semanais Módulo 60'	Carga horária semana I
Linguagem Oral e Escrita	Expressão escrita Alfabetização, trabalho com nome, cruzadinha, caça-palavras, adivinhações, produção individual e/ou coletiva. Literatura: Poesias, parlendas, manuseio de livros, fantoche, mímica, dramatização.	3	3h
Artes Visuais	Dobraduras Técnicas de recorte, pintura, colagem, desenho, etc. Decoração da sala Modelagem	2	2h
Matemática	Jogos matemáticos, formação de conceitos, pequenas contagens,	3	3h
Movimento	Psicomotricidade, equilíbrio, lateralidade. Jogos Expressão Corporal	3	3h
Natureza e Sociedade	O corpo (Expressão Corporal, higiene, saúde, alimentação) Eu e a Escola (conhecer a si próprio, nome, idade, sexo, localização do meio em que vive...) Animais com canções e movimentação/ Conhecimento musical	3	3h
Música	Atividades de acuidade auditiva Atividades rítmicas Atividades com canções e movimentação/ Conhecimento musical	3	3h
Identidade e Autonomia	Valorização do Eu – Socialização – Cuidados Pessoais	3	3h
Recreio 20'		5	1h 40min
TOTAL GERAL			21H 40min

7 – Currículos e Programas

A concepção de currículo, adotada pela Escola Municipal de Rola Moça pretende ultrapassar a estrutura linear e compartimentalizada das disciplinas isoladas e desarticuladas.

Assim, busca relações de reciprocidade e colaboração entre as diversas áreas em uma atitude dialógica e cooperativa permanente, necessária à compreensão das múltiplas relações que constituem o mundo da vida, no qual os sujeitos, mediados pela comunicação, organizam-se e interagem construindo saber, cultura e condições necessárias à existência. Corrobora com essa idéia FERRAÇO

Pensar os currículos de uma escola pressupõe, então, viver seu cotidiano que inclui, além do que é formal e tradicionalmente estudado, toda uma dinâmica das relações estabelecidas, ou seja, para se poder falar dos currículos praticados nas escolas, é necessário estudar os hibridismos culturais vividos nos cotidianos. (2006, p. 10)

O currículo deve redimensionar, constantemente, os espaços e tempos escolares, revendo concepções e práticas pedagógicas. Nesse contexto, a formação permanente dos/as educadores é indispensável, promovendo a cooperação entre os implicados no processo educativo, possibilitando mudanças, a partir de uma práxis reflexiva, tendo em vista a qualificação do processo de ensino – aprendizagem.

Todo o processo de educação escolar, por ser intencional e sistemático, implica a elaboração e realização de um programa de experiências pedagógicas a serem vivenciadas em sala de aula, na escola e fora dela. O currículo é entendido aqui como o conjunto dessas atividades, carregadas de sentido, com uma intencionalidade educativa, capaz de indicar os caminhos, admitindo mudanças, atalhos, alterações significativas em busca da aprendizagem de todos os alunos. Assim, a educação ultrapassa a reprodução de saberes e fazeres, possibilitando a troca de experiências e a construção de aprendizagens significativas.

Dessa forma, o currículo está diretamente relacionado ao contexto sócio-político-cultural, assim, é construído de forma dinâmica e participativa através de uma abordagem interdisciplinar, tendo em vista, prioritariamente, a formação do cidadão comprometido eticamente com a transformação da sociedade.

Neste sentido, a Escola Municipal de Rola Moça vem também contemplar na base de seu currículo a dinâmica das avaliações externas, pois as mesmas fazem parte do cotidiano escolar sistematizando, como já mencionado, os contextos social, político e cultural. Assim, nosso objetivo visa também elevar os índices acadêmicos de nossos alunos ao realizar estas avaliações.

O currículo extrapola o fazer pedagógico. É necessário resgatar os saberes que o aluno traz de seu cotidiano. O conhecimento deve ser trabalhado vinculado à realidade do aluno.

Os currículos e programas são baseados pelos PCN's, apostilas dadas pela Secretaria Municipal de Educação para o Ciclo Inicial de Alfabetização, através de pesquisas em livros, revistas, cursos, seminários, regimento escolar e em diálogos com os professores.

Todas as disciplinas obrigatórias são trabalhadas em sala de aula, juntamente com os temas transversais, tais como: Cidadania, Orientação Sexual, Drogas, Meio Ambiente, etc.

Segue anexo quadro curricular da escola. Os planejamentos anual e bimestrais se encontram disponíveis na escola.)

7.1 – Planejamento

7.1.1 - Objetivos do Planejamento:

Conhecer o aluno/a, observar e categorizar as suas necessidades e a partir desta constatação, pensar em um planejamento concreto que faça a relação das vivências para o conhecimento científico.

7.1.2 - Atividades de planejamento:

1. Estabelecer períodos para observar o “conhecimento prévio do aluno” (2 semanas, após o início do ano letivo)- Período de sondagem – Avaliação Interdisciplinar – Já combinada na última reunião pedagógica.

2. Reunião por área: Aproximar as disciplinas curriculares, professores, equipe pedagógica, construindo propostas interdisciplinares em diferentes níveis;

- Agendar momentos no calendário escolar para planejar por ano de escolaridade, fases e disciplina. (nosso calendário já contempla isso as atas e colocar)

3. Organizar projetos pedagógicos que envolvam todos os segmentos da escola, com a participação da comunidade. (Projetos a serem desenvolvidos por todas as turmas durante todo o ano letivo escolar: Sexta Cultural, Hora Cívica, Integração Família & Escola, Meio Ambiente, Alfabetização e Letramento, Olimpíada da Matemática, Portfólio de Geo./História.)

- Planejamento por projetos e atividades de ensino

Planejar significa, a partir da realidade do estudante, pensar as ações pedagógicas possíveis de serem realizadas no intuito de possibilitar a produção e internalização de conhecimentos por parte do educando. Além disso, o planejamento deve contemplar a possibilidade de um movimento de ação-reflexão-ação na busca constante de um processo de ensino-aprendizagem produtivo. Portanto não cabe mais uma mera lista de conteúdos. Deve-se dar ênfase as atividades pedagógicas; o conteúdo em sala de aula será resultado da discussão e da necessidade manifesta a partir do conhecimento que se tem do próprio aluno. Essa forma permite que professor e aluno avancem em seus conhecimentos e se constituam como sujeitos reflexivos.

7.2 – Concepções Pedagógicas

7.2.1 – Metas de Trabalhos Pedagógicos

Para refletir sobre a função social da escola nos referendou-se o texto “Sucesso tem Fórmula”. O grupo conclui que é necessário um *repensar* a organização político-pedagógica que permita:

1. A escola deve ser um espaço onde os conteúdos do senso comum possam ser transformados em conhecimentos científicos e que os alunos possam utilizar dos mesmos para melhorar suas próprias vidas. A escola deve ser uma ponte para esta transformação;
2. Integrar elementos da vida social aos conteúdos trabalhados;
3. Compreender este aluno/a como um/a cidadão/a que deve ser um/a agente transformador/a da sociedade, além de crítico/a, responsável e participante;
4. Elevar os índices acadêmicos dos alunos nas avaliações externas.

A escola deve ser crítica, reflexiva e possibilitar a toda a comunidade um projeto político pedagógico consolidado pela colaboração mútua e o exercício da construção coletiva desencadeando experiências inovadoras que estão acontecendo na escola.

“... a escola, por si só não forma cidadãos, mas pode preparar instrumentalizar e proporcionar condições para que seus alunos possam se firmar e construir a sua cidadania”
(Proposta Curricular,1997).

8 –Organização Escolar

A organização das turmas se faz através de enturmação, usando como critério idade e conhecimento. Desta forma, far-se-á com que os alunos interajam entre si e alcancem o resultado esperado na aprendizagem, porém, infelizmente, nossa escola possui hoje apenas 03 salas de aulas, sendo 01 turma de cada ano, e o espaço físico é insuficiente para realização de atividades que necessitem de salas extras, tais como: aula de reforço, biblioteca, sala de áudio visual, espaço coberto para atividades artísticas e quadra poliesportiva. Porém a mudança para um novo prédio propiciará uma mudança ampla e satisfatória na organização escolar.

As atividades pedagógicas se organizam em horários de 0:50 minutos (flexível) cada, sendo trabalhadas atividades em grupos, individuais, em duplas, na área externa, etc.

8.1 – Projetos

Projetos a serem desenvolvidos por todas as turmas durante todo o ano letivo escolar: Sexta Cultural, Hora Cívica, Integração Família & Escola, Meio Ambiente, Alfabetização e Letramento, Olimpíada da Matemática, Portfólio de Geo/História.

Os projetos serão realizados de acordo com o planejamento e a necessidade da escola, das demandas e interesse dos alunos, da comunidade e do corpo escolar e serão arquivados posteriormente para futuras consultas ou pesquisas. Dentro desses projetos, poderíamos

destacar a SEXTA CULTURAL, que já é uma realidade em nossa escola, onde mensalmente uma sala de cada turno realiza uma apresentação cultural (dança, teatro, música, poesias, etc) em nosso palco com a participação direta de todos os alunos, visando desta forma, descobrir e estimular os novos talentos de nossa escola.

Hoje, na Escola Municipal de Rola Moça, as atividades dadas em sala de aula, ou fora dela, tem grande foco no lúdico, onde os alunos aprendem brincando. Temos também os mini-projetos, como por exemplo: “Cantinho da Leitura”, “Campeão dos Fatos”, “Hora Cívica”, que ainda não é mais enriquecedor devido a falta de materiais e espaços, tais como: biblioteca e material para a mesma, poste para hastear bandeira, etc.

A escola estará comprometida em desenvolver projetos que abordem temas como: drogas, meio ambiente, preconceito e a discriminação presentes em nossa sociedade, disciplina, sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis dentre outros, além de feiras de artes e cultura.

Tais temas serão problematizados no contexto do momento e poderão ser tratados de forma multidisciplinar ou como projetos únicos que envolvam toda a comunidade escolar.

8.2– Aulas Especializadas

A partir de 2005, de acordo com a necessidade surgida após observarmos o nosso alunado, foi solicitado junto à Secretaria Municipal de Educação um professor de Educação Física, pelo menos duas vezes por semana, para desenvolver aulas dinâmicas que estimulem as práticas esportivas em nossos alunos, visto que os professores não são habilitados para tal.

Desta forma, a escola adquiriu, para o bom desenvolvimento das aulas, diversos jogos, mesa de tênis Junior, traves, redes, petecas, bambolês, bolas, cordas, com o intuito de proporcionar aos alunos maior diversificação e aproveitamento das aulas, estimulando, assim, a participação dos mesmos. Agradecemos à Secretaria Municipal de Educação por mais esta conquista.

8.3 – Aperfeiçoamento

Para enriquecimento da escola, as professoras e supervisora constantemente participam de cursos, palestras, seminários, etc, oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação, ou de acordo com as possibilidades de cada professora em pesquisar, estudar e buscar novos cursos. Neste ano de 2010, através da verba do PDE-Escola, foi possível viabilizar um curso de capacitação para os profissionais de educação desta escola. Esperamos que estas ações possam continuar e se intensificar nos anos correntes.

9– Processos de decisão

9.1– Gestão Democrática:

A gestão democrática na escola implica olhar a organização e a realização do trabalho pedagógico escolar sob uma outra lógica, outros princípios, outros valores e outras relações. Essa forma de gestão reconhece os diferentes papéis, funções e responsabilidades no trabalho escolar, mas pressupõe que essas especificidades devem ser organizadas a partir dos mesmos fins, metas e objetivos. É garantida dentro da escola através da participação direta e/ou representativa de todos os segmentos da Comunidade Escolar nas instâncias vinculadas:

- Conselho de Classe
- Reuniões Pedagógicas
- Reuniões Administrativas
- Reunião de Pais
- Colegiado
- Conselho Escolar

9.2– Colegiado

Composto pelo diretor da instituição de ensino, que presidirá, e por representantes dos seguintes segmentos: professores, especialista, demais servidores da unidade de ensino e representantes dos pais.

Além do diretor, o colegiado consta de 06 (seis) membros titulares e 06 (seis) membros suplentes, sendo 50% (cinquenta) da escola e 50% (cinquenta) da comunidade.

9.2.1 – Função

O colegiado tem a função deliberativa e consultiva nos assuntos referentes à gestão pedagógica e administrativa da instituição de ensino, respeitando as normas legais.

9.3 – Conselho Escolar

Os conselhos escolares são constituídos por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola.

9.3.1 – Função

Cabe ao conselho zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, fundamentais para a gestão democrática das escolas públicas.

Entre as atividades dos conselhos estão, por exemplo, fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores.

9.4 – Gestão Administrativa

Apresentamos aqui as metas e objetivos pertinentes à gestão administrativa, com a intenção de demonstrar a seriedade do trabalho que é desenvolvido dentro desta instituição de ensino, trabalho este que é pautado na organização, seriedade e respeito ao bem público e a toda comunidade escolar, visando à melhoria da qualidade de ensino de forma global.

- Desenvolver os trabalhos de forma séria e compromissada, contando com a colaboração de toda comunidade escolar durante a gestão.

Objetivo: Assegurar a seriedade de todo o trabalho desenvolvido.

- Possibilitar o acesso e a participação dos pais no cotidiano da escola.

Objetivo: Desenvolver nos pais a vontade de interagir na vida escolar dos filhos.

- Propiciar maior esclarecimento à comunidade interna e externa da escola sobre seus direitos e deveres em relação à escola.

Objetivo: Melhorar a relação escola/comunidade.

- Intercâmbio cultural entre a escola e a comunidade, valorizando a cultura dos alunos e de seus familiares, através de feiras, projetos inter e transdisciplinar, exposições, debates e atividades diversas.

Objetivo: Integrar a comunidade aos eventos realizados na escola.

- Procurar resolver democraticamente os possíveis problemas que venham a surgir.

Objetivo: Evitar a arbitrariedade de ambas as partes.

- Buscar junto à Secretaria Municipal de Educação o fornecimento de material didático-pedagógico e o suporte necessário para o bom funcionamento da escola.

Objetivo: Agilizar a resolução das dificuldades surgidas.

- Levantar recursos através de parcerias para a aquisição de materiais que acrescentem o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.

Objetivo: Oportunizar o educando a melhoria e o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem.

- Propiciar cursos de capacitação para os educadores através da Secretaria Municipal de Educação e da verba do PDE-Escola.

Objetivo: Oportunizar ao educador a capacitação necessária para a melhoria do seu trabalho.

9.5 – Gestão Financeira

A intenção aqui apresentada é a de tentar gerir os recursos recebidos de forma transparente e em conjunto a toda equipe da escola, bem como deixar claro as melhorias pretendidas. Apresento abaixo algumas metas de gestão buscando a melhoria da escola e de todo o processo ensino-aprendizagem.

- Administrar, com a ajuda do colegiado, conselho escolar e fiscal, as verbas e os recursos recebidos do FNDE e PDE-Escola de acordo com as necessidades da escola.

Objetivo: Transparência do uso das verbas recebidas.

- Buscar junto à Prefeitura Municipal de Ibitaré a construção de um novo prédio que conte com toda a infraestrutura necessária, ou viabilizar melhorias na estrutura física da escola, tais como:

- a. Construção de uma biblioteca e sala de vídeo;
- b. Ampliação da cozinha para possibilitar melhores condições de higiene e acondicionamento da merenda escolar;
- c. Construção do muro ao redor da escola, melhorando de forma significativa a segurança de nossas crianças;
- d. Adquirir novos bens necessários ao bom funcionamento da escola;
- e. Construção de uma sala de professores ampla e arejada que facilite o momento de integração e troca de experiências entre as mesmas;
- f. Criação de um espaço agradável para a realização de atividades manuais, artísticas e reforço escolar.

Objetivo: Assegurar maior conforto e segurança aos alunos e funcionários no desenvolvimento de suas atividades dentro do processo escolar.

- Manutenção da rede elétrica e hidráulica de toda a escola.

Objetivo: Manter a escola em perfeitas condições de uso.

- Manter em funcionamento e em bom estado de conservação, dentro do possível, os bens e equipamentos já existentes na escola.

Objetivo: Preservar o patrimônio escolar.

- Adquirir uma maior diversidade de jogos e brinquedos educativos.

Objetivo: Proporcionar aos alunos momentos de aprendizagem de forma lúdica.

- Administrar os recursos financeiros de forma a possibilitar a compra dos seguintes itens:
 - mesa de tênis Junior;
 - projetor;
 - copiadora;

- encadernadora;
- câmera digital

Objetivo: Melhorar a qualidade das atividades entregues aos alunos; Registrar as atividades artísticas-culturais.

9.5.1 – Ações Estratégicas

- Buscar recursos junto aos órgãos competentes (Prefeitura Municipal de Ibitaré, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Obras);
- Tentar efetivar parcerias junto à comunidade externa, bem como o colegiado e o comércio e indústria locais;
- Reunir junto à Secretaria Municipal de Educação e justificar a real necessidade das obras e melhorias desejadas.

9.5.2 – Recursos Necessários

Humanos: Secretaria Municipal de Obras.

Materiais: Prefeitura Municipal de Ibitaré, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras.

10 – Relações de Trabalho

10.1 – Relacionamentos

- Escola x Comunidade:

A relação é de ajuda e em prol do sucesso da escola.

- Professores x Alunos:

Mantém uma relação social agradável e respeitosa.

- Funcionários x Escola:

O clima é de companheirismo e de respeitos mútuos, o que favorece o trabalho com a equipe.

10.2 – Papel de Cada Ator Social

Para que a organização escolar realmente aconteça torna-se primordial que cada ator tenha consciência de seu papel em cena. Portanto, segue abaixo um pequeno resumo do papel de cada um (maiores detalhes verificar o regimento interno da escola e o regimento do município de Ibirité).

Diretor – Organiza o trabalho escolar desenvolvido por todos os segmentos da Comunidade Escolar, a partir de sua natureza pedagógica.

Pedagogo – Organiza o trabalho pedagógico específico na educação escolar.

Professor – Organiza o trabalho de ensino-aprendizagem na sala de aula.

Secretária e Auxiliar – Desenvolve funções na secretaria como parte integrante da escola. Compromissada com a efetivação da documentação escolar dos alunos.

Serviçais – É o setor encarregado da limpeza, merenda, conservação da escola, mantendo-a asseada, convidativa à freqüência dos alunos.

10.3 - Das disposições finais

- É dever de todos da comunidade escolar respeitar-se mutuamente;
- A utilização das dependências da escola pela comunidade local será permitida, mediante a autorização da Prefeitura Municipal de Ibirité e da Secretaria Municipal de Educação;
- Os casos não contemplados neste regimento serão analisados conforme legislação e normatização vigentes dos órgãos competentes;
- As normas escolares serão aprovadas em reunião de pais com presença de 50% da comunidade escolar na primeira chamada e com qualquer número de presentes na segunda chamada, tendo direito a voto 1 responsável por aluno, todos os funcionários, todos os professores, equipe pedagógica e o diretor da unidade de ensino.

11– Avaliação

11.1 - Concepção de Avaliação

A avaliação deve ser entendida como suporte do processo decisório da gestão da educação básica, bem como da relação ensino-aprendizagem nela desenvolvida. Esta concepção de avaliação como processo decisório:

...muda radicalmente o processo avaliativo do aluno, não mais voltado à mera freqüência e às notas das provas, mas na pesquisa e elaboração própria. Está em jogo

sua capacidade de questionar e reconstruir, na teoria e na prática, com qualidade formal e política. Busca-se avaliar as condições de formação da competência, dentro de um processo evolutivo sustentado a longo prazo, através sobretudo de um sistema de acompanhamento cuidadoso e dedicado, mais do que por notas, semestre a semestre. Avaliar não é apenas medir, mas sobretudo sustentar o desempenho positivo dos alunos (...) não se avalia para estigmatizar, castigar, discriminar, mas para garantir o direito à oportunidade. As dificuldades devem ser transformadas em desafios, os percalços em retomadas e revisões, as insuficiências em alerta. (DEMO, 2000, p. 97).

Assim, é preciso que a avaliação seja diagnóstica, processual e mediadora, envolvendo toda a comunidade escolar.

O caráter diagnóstico da avaliação assume a função de um processo abrangente, cuja ênfase deve recair, não só na aprendizagem do/a aluno/a, mas também, e concomitantemente, na organização do ensino e nas relações que se estabelecem em sala de aula. Configura-se, dessa forma, como um processo reflexivo, contínuo e permanente das práticas pedagógicas, cujo objetivo principal é o planejamento e a intervenção.

A avaliação processual constitui-se na análise e reflexão do programa de aprendizagem, das atividades curriculares, do desenvolvimento do/a aluno/a, bem como da ação do/a professor/a.

A ação avaliativa mediadora oportuniza aos/as alunos/as momentos de expressão e discussão dos saberes, tarefas diversificadas que auxiliam na localização das dificuldades e descobertas das soluções. Essa possibilidade de reflexão do processo ensino-aprendizagem tem como instrumento básico os registros de avaliação com anotações significativas sobre o acompanhamento dos/as alunos/as em seu processo de construção do conhecimento.

Portanto, a Escola propõem a avaliação formativa como instrumento de regulação da aprendizagem permitindo ao professor conhecer sobretudo o que o aluno aprendeu ou não, para otimizar as situações de aprendizagem propostas a cada aluno. (Perrenoud, 2004)

Nesse sentido, a avaliação formativa assegura que os processos de construção de conhecimento vão se adequando às características dos alunos, permitindo a adaptação do ensino às características individuais.

A avaliação passa a ser uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor quanto dos alunos. E, enquanto um componente do processo de ensino-aprendizagem, deve visar, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos, e então orientar a tomada de decisões em relação às didáticas seguintes.

O sistema de avaliação da escola é progressivo e processual, ou seja, o aluno será avaliado como um todo dentro do processo, de forma quantitativa e qualitativa, sendo que a Educação Infantil, 1º ano, 2º ano e 3º ano serão trabalhados conceitos (A-B-C) e 4º ano e 5º ano através de notas (0 a 100 pontos).

Como a avaliação dos alunos é processual, as professoras trabalham com caderno de relatório, para que através deste, juntamente com a supervisora, possam acompanhar individualmente o desenvolvimento do aluno, tanto emocionalmente quanto cognitivamente. Isso se dará desde a Educação Infantil até o 5º ano, ocorrendo em todos os bimestres. Através deste relatório,

faremos posteriormente um trabalho específico para diagnosticarmos a real situação do aluno e, a partir daí, revisarmos a didática do professor com intuito de facilitarmos a adoção de novos recursos, seja na sala de aula ou fora dela.

Quanto ao acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, os alunos que necessitarem de reforço escolar, o terão em sua própria sala de aula, com a ajuda da supervisora, ou, se necessário, enviaremos um projeto à Secretaria Municipal de Educação solicitando um professor recuperador, professor este que dará apoio aos alunos com defasagem. Contudo, se faz necessário uma sala para que estas atividades extras sejam realizadas urgentemente, já que este e outros espaços são extremamente importantes para um bom desenvolvimento de nossos alunos, bem como para o sucesso dos projetos desenvolvidos.

11.2 - Da avaliação do processo ensino-aprendizagem

- Avaliar o desenvolvimento dos alunos, atribuindo-lhes notas, conceitos e avaliações nos prazos fixados;
- Promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentarem necessidades e atenção específicas;
- Todos os instrumentos avaliativos devem ser discutidos, negociados e definidos com a turma, deixando claro o que e como será realizada a avaliação;
- Os professores deverão aplicar, pelo menos, três instrumentos de avaliação por bimestre, sendo considerados todos os instrumentos para definição da média, respeitando o princípio da recuperação paralela;
- Cada instrumento de avaliação só poderá ser aplicado após o aluno e os pais, ou responsáveis, terem conhecido e analisado o resultado anterior;
- Todos os instrumentos avaliativos utilizados deverão ser registrados no diário de classe: o dia, o tipo e o conteúdo;
- No caso de portadores de Necessidades Educativas Especiais, serão avaliados de acordo com o distúrbio/deficiência comprovados, em parceria com a equipe pedagógica;
- Na impossibilidade da realização do instrumento avaliativo, por parte do professor, fica automaticamente transferida a realização para a próxima aula da disciplina;
- Considerar a realização e entrega dos instrumentos fora dos prazos somente os casos de doenças ou situações graves familiares com justificativas dos pais/responsáveis por escrito com a secretaria, sendo que a mesma comunicará imediatamente ao professor que agendará nova data. Não serão realizados e aceitos instrumentos avaliativos sem justificativa dos pais/responsáveis.

11.3 - Avaliação do Projeto Político Pedagógico

Eu, Cristina de Albuquerque Moreira, graduada em pedagogia pela UNI BH, diretora eleita pela comunidade escolar desta instituição, em conjunto com toda equipe pedagógica e

membros do colegiado e conselho escolar elaboramos este Projeto Político Pedagógico no intuito de traçar metas e diretrizes para um trabalho humano, sério e flexível, voltado para o bem estar de nossos educandos e comprometidos com a organização de uma educação de qualidade.

O ato de avaliar traz consigo desafios que exigem enfrentamentos a respostas, que geram necessidades de uma ação colegiada provocativa, que compreenda um permanente diálogo entre os sujeitos envolvidos e a realidade na escola.

Entendemos o processo de avaliação como uma oportunidade de aprendizado e evolução, e ela só fará sentido se for trabalhada dentro destes princípios. Ele é, antes de tudo, uma ampla ação pedagógica, onde se reavalia, reflete, reelabora, reexamina atitudes, avança em propostas e perspectivas, buscando rumos para uma escola atuante, criativa, democrática e de melhor qualidade.

Este plano deve ser avaliado ao final de cada ano. O mesmo fica em aberto para discussões, complementações e redimensionamento das metas aqui propostas.

Caso esta gestão não consiga colocar em prática todas as metas contidas neste, certamente poderão servir de parâmetro para futuras intervenções de outras administrações, caso o mesmo seja consultado para tal.

A validade deste plano será sempre de dois anos, devendo, como citado acima, ser revisado e repensado por toda equipe envolvida anualmente.

Gostaria aqui de ressaltar que o nosso maior comprometimento é com o bem estar dos alunos e funcionários, objetivando uma educação de qualidade e uma gestão compartilhada e equilibrada.

12 – Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. Educação: Um sonho possível.

GADOTTI, Moacir. Autonomia da Escola: Princípios e propostas.

VEIGA, I. P. (Org). Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. 13ª ed.

13- Anexos

Segue em anexo os seguintes documentos:

- Modelo de questionário inicial para início da construção do PPP, enviado aos pais (os mesmos foram devolvidos preenchidos e se encontram arquivados na secretaria da escola);
- Modelo de entrevista com docente da instituição;

- Modelo de entrevista realizada com alunos do 4º e 5º anos de escolaridade;
- 1º informativo aos pais 2010;
- Modelo de Alfabeto Cursivo e Caixa Alta utilizados na escola;
- Datas comemorativas de 2010 (responsável por cada mural);